



Boen7

"DELIBERAÇÃO TOMADA POR MINUTA"

Na reunião realizada em 9 de outubro de 2019 a Câmara Municipal de Aguiar da Beira aprovou, em minuta, para imediata execução, nos termos do artigo 57.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as seguintes deliberações:

Presenças:	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
	Vereadora	Rita da Cunha Mendes
	Vereadora	José Alberto Nunes e Lopes Tavares
	Vereador	Fernando Augusto da Costa Pires
	Vereadora	Sandra Maria Pereira Correia

Análise, discussão e deliberação sobre proposta de ata da reunião anterior

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de ata da reunião de câmara municipal de 25/09/2019.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no artigo 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido da ADRC de Aguiar da Beira a solicitar cedência do Estádio Municipal para a realização dos jogos da equipa sénior e das camadas jovens de juvenis e infantis para a época 2019/2020, nos termos do calendário de competições apresentado.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do estádio municipal com isenção de taxas.

A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Aguiar da Beira.



Análise, discussão e deliberação sobre pedido da ADRC de Aguiar da Beira a solicitar cedência do Pavilhão Gimnodesportivo para a realização dos jogos de futsal das equipas sénior e das camadas jovens de juniores e iniciados para a época 2019/2020, nos termos do calendário de competições apresentado.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do pavilhão gimnodesportivo com isenção de taxas.

A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Aguiar da Beira.

Análise, discussão e deliberação sobre proposta do Agrupamento de Escolas para a cedência das Piscinas Municipais para as atividades letivas de 2019/2020.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Agrupamento de Escolas para a utilização das piscinas municipais.

A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Aguiar da Beira.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido da ADRC Penaverdense a solicitar empréstimo de viatura e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo para a realização dos jogos das suas equipas sénior para a época 2019/2020, nos termos do calendário de competições apresentado.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do pavilhão conforme solicitado com isenção de taxas e no horário das 10h00 às 13h00.

A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Aguiar da Beira.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido do AguiarBike, a solicitar a utilização dos balneários das Piscinas Municipais no próximo dia 13 de outubro.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a utilização dos balneários conforme solicitado.



A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Aguiar da Beira.

Análise, discussão e deliberação sobre proposta de adesão à posição de associado da CCAM, através da subscrição de Títulos de Capital.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos da informação jurídica.

A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto nos artigos 56 e 58 da lei 50/2012, de 31 de agosto.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido de Maria de Lurdes dos Santos, de Fontearcadinha a solicitar isenção da taxa de saneamento por não ter ligação à rede geral.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, que não se justifica efetuar os investimentos necessários à ligação à rede pública para servir apenas um edifício.

A presente deliberação foi tomada nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º da Lei nº 12/2014, de 6 de março.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido de Vicente Pinto Correia, de Coruche a solicitar declaração de impossibilidade de ligação de água e saneamento à rede pública da exploração que possui no "Castelo".

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, que não se justifica efetuar os investimentos necessários à ligação à rede pública para servir apenas um edifício.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 2.º da Lei nº 12/2014, de 6 de março.

Análise, discussão e deliberação sobre informação da União de Freguesia de Aguiar da Beira e Coruche, a dar conta de um imóvel devoluto em Fontearcadinha na Rua Direita.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, determinar a vistoria à habitação,



sendo a comissão de vistoria composta pela Engenheira Carla Santiago, Engenheira Margarida Cunha e François ferreira, sendo suplente António Joaquim Barranha.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no art.º 90.º do RJUE.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido proposta de revisão do zonamento elaborado pela Autoridade Tributária, a solicitar pronuncia sobre o documento.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à proposta de revisão do zonamento elaborado pela Autoridade Tributária, nos termos da informação técnica.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no artigo 62º do CIMI.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira, a solicitar prorrogação de prazo para a emissão da licença de construção proc. 45/2002/5.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, propor a caducidade da licença nos termos da informação técnica, devendo ser ouvido o requerente em audiência prévia nos termos do CPA.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 71º do RJUE.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido de António José dos Santos Baltazar de Carapito, a solicitar renovação da licença referente ao processo de demolição e alteração de uma moradia unifamiliar.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença nos termos da informação técnica.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 71º do RJUE.

Análise, discussão e deliberação sobre pedido de Maria de Lurdes Ribeiro Gonçalves dos Santos, de sequeiros a solicitar pedido especial de renovação de licença de obras



para acabamentos. Proc. 13/2007.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença nos termos da informação técnica.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no RJUE.

Análise, discussão e deliberação sobre proposta de alteração do encarregado afeto à obra e do tempo de afetação dos técnicos da empreitada de "Requalificação do Largo da Carvalha".

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, deferir a alteração do encarregado e técnicos afetos à obra, nos termos da informação da fiscalização.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto nos artigos 311º e seguintes do CCP.

Análise, discussão e deliberação sobre proposta de revogação da deliberação da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2019 sobre a proposta de alteração ao PDM para transposição das novas regras para a classificação do solo previstas na legislação do ordenamento do território em vigor, conforme previsto no art.º 118.º do RJIGT.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação de 30/01/2019, sobre a proposta de alteração ao PDM em causa, nos termos da informação técnica.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no artigo 118º do RJIGT.

Análise, discussão e deliberação sobre proposta de reavaliação da proposta de alteração ao PDM para transposição das novas regras para a classificação do solo previstas na legislação do ordenamento do território em vigor, conforme previsto no art.º 118.º do RJIGT, incluindo, caso se delibere pela sua aprovação, proposta de redação para a deliberação.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, determinar a elaboração da proposta de alteração ao PDM em causa, incluindo a proposta de redação para a deliberação



nos termos da informação técnica.

A presente deliberação foi tomada ao abrigo do disposto no artigo 77º do RJIGT.

O Presidente da Câmara Municipal

(Joaquim António Marques Bonifácio)

Deliberação lavrada por, Márcio Chaves Correia, Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças do Município de Aguiar da Beira	Assinatura
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------